



RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE COLETIVA

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPGP
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
COMISSÃO DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E NA ÁREA PROFISSIONAL EM SAÚDE – COREMU
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE COLETIVA

Edital Nº 01/2018

Processo de Seleção de Residentes para o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da URCA

A Universidade Regional do Cariri, URCA localizada Rua Cel. Antônio Luís, 1161 – Cep 63.100-000 - Pimenta - Crato/CE, torna pública a abertura de inscrições para o processo de seleção de candidatos ao preenchimento das vagas no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva desta IES, conforme autorização de Programas de Residências Multiprofissional publicada dia 01/03/2017 através das Portaria Nº 50/2017 da Secretaria de Ensino Superior e Portaria Nº 78/2017 MS, publicada no dia 20/03/2017 sobre a homologação do financiamento de bolsas de residência. O Programa será realizado com base na Resolução Nº. 02 de 13 de abril de 2012 da Secretaria de Educação Superior/Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde que dispõe sobre Diretrizes Gerais para os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional de Saúde; Resolução Nº 05 de 7 de novembro de 2014 da Secretaria de Educação Superior/Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde que dispõe sobre a duração e a carga horária dos programas de Residência em Área Profissional da Saúde nas modalidades multiprofissional e Provimto Nº 006/2017 do CEPE /URCA.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da Universidade Regional do Cariri será desenvolvido sob a tutela do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Universidade Regional do Cariri e regido pela Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU) da URCA e demais disposições dos Ministérios da Saúde e da Educação.

1.2 O Processo Seletivo do Programa de Residência Multiprofissional da URCA será conduzido por uma Comissão Organizadora previamente constituída e publicada mediante Portaria do Magnífico Reitor da URCA obedecendo o cronograma do Anexo I.

2. DA FINALIDADE

2.1 Trata-se de processo seletivo destinado, EXCLUSIVAMENTE, para GRADUADOS na área da saúde, com vistas ao preenchimento de 18 (dezoito) vagas, distribuídas em 6 profissões da Saúde: Enfermagem (3), Biologia (3), Educação Física (3), Farmácia (3), Fisioterapia (3) e Nutrição (3), para o programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* na modalidade de Residência em Área Multiprofissional no período letivo 2019-2021.

2.2 A Residência em área profissional da saúde, na modalidade Multiprofissional constitui ensino de pós-graduação *Lato Sensu* (especialização), destinado às profissões da saúde para graduados em Instituição Ensino Superior e situação regular nos Conselhos Profissionais de classe, caracterizado por ensino-aprendizagem em serviço com carga horária de 60 (sessenta) horas semanais, em REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO PROGRAMA, incluindo-se plantão e duração mínima de 2 (dois) anos, com o acompanhamento de docentes-

preceptores. Da carga horária total, 80% (oitenta por cento) será desenvolvida sob a forma de atividades práticas e teórico-práticas em unidades e serviços de saúde da rede SUS no município do Crato e 20% (vinte por cento) sob a forma de atividades teórico e teórico-práticas.

3. DO OBJETIVO

3.1 Capacitar profissionais da área da saúde do ponto de vista ético, político e técnico científico para atuarem no campo da Saúde Coletiva, assegurando os princípios do SUS no atendimento das reais necessidades de saúde da população.

4. DA BOLSA

4.1 O valor da bolsa é de R\$ 3.330,43 (Três mil trezentos e trinta reais e quarenta e três centavos), conforme disposto na Portaria Interministerial nº 3, de 16 de março de 2016. As bolsas são provenientes do Ministério da Saúde (MS) e estarão sujeitas aos descontos e retenções tributárias e previdenciárias nos termos da Lei, de 10% (dez por cento) do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), conforme tabela da Receita Federal.

4.2. A aprovação nesta seleção assegura ao participante a mera expectativa de ser matriculado no programa para cursar a residência, segundo a ordem classificatória, ficando a concretização deste ato, condicionada a observância e cumprimento das disposições legais pertinentes, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4.3. As bolsas que, eventualmente, forem outorgadas aos matriculados, dependerão da disponibilidade financeira e orçamentária do Ministério da Saúde e serão condicionadas ao cadastro dos profissionais de saúde residentes no Sistema de Informações Gerenciais do Programa Nacional de Bolsas para os Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em área profissional da saúde, na modalidade Multiprofissional.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições deverão ser realizadas pela internet, a partir do dia 22/10/2018 até ao dia 05/11/2018, através do formulário de inscrição disposto no link: cev.urca.br. Em nenhuma hipótese serão aceitas inscrições com data e horários posteriores.

5.1.1 O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), através de depósito bancário identificado na conta: Caixa Econômica Federal. Ag 0684 - C/C 1689-0 Op. 003 CNPJ 02.108.061/0001-00 (FUNDETEC). O pagamento da taxa de inscrição poderá se dar até o dia 05/11/2018 desde que garantida a entrega do comprovante de depósito IDENTIFICADO na Comissão Executiva do Vestibular da Universidade Regional do Cariri (CEV) até as 18:00h. A taxa de inscrição é de caráter individual e intransferível.

5.1.2 No ato de preenchimento da ficha de inscrição o candidato deverá indicar para qual área profissional pretende se candidatar.

5.1.3 O candidato deverá entregar pessoalmente ou por representante com procuração simples os seguintes documentos: a) o comprovante de inscrição emitido no sistema online de inscrições assinado; b) o formulário de pontuação curricular emitida pelo sistema online de inscrições; c) o comprovante original de pagamento ou o comprovante de solicitação de isenção emitida pelo sistema de inscrições online juntamente com os respectivos documentos comprobatórios do fundamento legal da modalidade de isenção solicitada; d) cópia autenticada ou validada com original do documento de identidade e CPF frente e verso; e) cópia autenticada ou validada com original do comprovante de conclusão de curso ou declaração de conclusão de curso. **O currículo comprovado** deverá ser entregue apenas para os **classificados para 2ª etapa e 3ª etapa** do processo seletivo (com originais ou cópias autenticadas).

5.1.4 A documentação de inscrição deve ser entregue na Comissão Executiva do Vestibular (CEV), no endereço Rua Teófilo Siqueira, 734 – Cep 63.100-970 – Pimenta – Crato/ CE no período de 29/10/2018 a 05/11/2018, das 8:00 às 18:00h, conforme *checklist* de inscrição (ANEXO II). Será aceito envio de documentos por Correio via SEDEX se garantida a chegada dos comprovantes até o ultimo dia de inscrição: 05/11/2018, às 18:00h.

6 NORMAS GERAIS

6.1 O candidato deverá ser portador de diploma em curso superior na respectiva área de formação que pleiteia a vaga ou declaração de conclusão de curso;

6.2 É vedada a participação do profissional, mesmo os graduados e com registro profissional no Conselho de Classe, que:

6.2.1 Esteja cursando ou já tenha anteriormente concluído o programa de residência (área de concentração em Saúde Coletiva), em qualquer Estado da Federação;

6.2.2 Que não tenha registro de classe no conselho profissional da categoria até a data da efetiva matrícula no programa, conforme calendário de atividades;

6.3 Em se tratando de candidatos estrangeiros formados no exterior as inscrições somente poderão ser realizadas mediante apresentação do diploma revalidado, conforme Resolução CNE nº1 de 28/01/02.

6.4 Em se tratando de profissionais de saúde brasileiros, formados por instituições estrangeiras, o diploma deve estar revalidado por Universidade Pública, conforme Resolução CNE nº1 de 28/01/02.

6.5 Aos profissionais de saúde estrangeiros formados no Brasil será exigida apresentação do visto de permanência no Brasil.

6.6 As inscrições encerrar-se-ão no dia e horário fixados neste Edital conforme cronograma incluso no Anexo II.

6.7 A inscrição implica no reconhecimento e na aceitação, pelo candidato das condições gerais previstas neste Edital.

6.8 A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Requerimento de Inscrição, bem como apresentação de documentos falsos ou inexatos, determinará o cancelamento da inscrição ou anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época. A URCA não se responsabilizará por quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, incompletas ou desatualizadas fornecidos pelo candidato.

6.9 O candidato com necessidades especiais ou ainda o candidato que, por intercorrência grave de saúde, necessitar de condições especiais para fazer a prova, deverá obrigatoriamente entrar em contato com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo 72h antes da realização da prova.

6.9.1 O candidato com necessidades especiais deverá entregar pessoalmente ou mediante representante com procuração simples enviar o laudo médico comprovando a necessidade especial para Processo Seletivo de Residência Multiprofissional Edital nº01/2018 para a Comissão Executiva do Vestibular (CEV) da Universidade Regional do Cariri, URCA localizada Rua Teófilo Siqueira, 734 – Cep 63.100-970 - Pimenta - Crato/CE, no prazo de 72h antes da realização da prova objetiva e escrita.

6.9.2 A condição especial se refere à adaptação de uma sala em um dos prédios onde será aplicada a prova para os demais candidatos. Em nenhuma hipótese a prova poderá ser realizada fora desses prédios.

6.9.3 O atendimento às condições especiais solicitadas para realização da prova pelos candidatos ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido pela Comissão Organizadora.

6.9.4 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova deverá informar sua necessidade para a Comissão Organizadora até dia 72h antes da data de realização da prova objetiva e escrita.

6.9.5 A candidata que não apresentar a solicitação no prazo estabelecido, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a solicitação atendida por questões de não adequação das instalações físicas do local de realização das provas. Na hipótese de não cumprimento do prazo estipulado, o atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido pela Comissão Organizadora.

6.9.6 Para amamentação, a criança deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo.

6.9.7 A criança deverá estar acompanhada somente de um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo.

6.9.8 A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de um aplicador, do sexo feminino, que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste Edital.

6.10 Ao inscrever-se neste processo seletivo, o candidato estará declarando, que preenche todos os requisitos exigidos pelo Programa escolhido até a data da matrícula, implicando, de sua parte, no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas neste edital e no Regimento da COREMU desta IES.

6.11 A Comissão Organizadora não se responsabilizará por solicitações de inscrição não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

7 DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1 Poderão requerer a isenção da taxa de inscrição os candidatos que se enquadrarem em um dos seguintes casos:

a) Servidor Público vinculado à Administração Estadual do Estado do Ceará, comprovada a sua situação mediante cópia autenticada do último extrato de pagamento, nos termos do parágrafo único da Lei Estadual nº 11.551, de 18 de maio de 1989.

b) Doadores de sangue que comprovem, no mínimo, duas doações no período de 01 (um) ano, mediante apresentação de certidão original fornecida pelo Centro de Hemoterapia e Hematologia do Estado do Ceará – HEMOCE, desde que a última doação tenha sido realizada num prazo de até 12 (doze) meses da data de inscrição deste concurso, nos termos da Lei Estadual nº 12.559, de 29 de dezembro de 1995.

c) Aos candidatos que se enquadrem no Art.1º da Lei Estadual nº 13.844, de 27/11/2006, devendo ser comprovado o egresso de ensino médio de entidade pública de ensino (com data de conclusão máxima de 10 anos), deficiente ou candidato cuja família perceba renda de até 02 (dois) salários-mínimos.

d) Aos hipossuficientes, nos termos do Art. 3º da Lei Estadual nº 14.859, de 28/12/2010, devendo ser comprovado através da fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais, fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais, comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal e comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar, não sendo aceito declaração de próprio punho ou qualquer documento produzido unilateralmente pela parte interessada.

7.2 Para solicitar isenção da taxa de inscrição o candidato deverá preencher e assinar o Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição, disponível na área de inscrição do candidato no site da Comissão Executiva do

Vestibular (cev.urca.br), e entregar os respectivos comprovantes indicados no requerimento no prédio da Comissão Executiva do Vestibular (CEV) junto às demais documentações obrigatórias no período destinado às solicitações das isenções segundo consta no cronograma.

7.3 O candidato é responsável pela veracidade das informações prestadas. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no Parágrafo Único do Art. 10 do Decreto Federal nº 83.936, de 06 de setembro de 1979.

7.4 O requerimento de isenção da taxa de inscrição não implica formalização da inscrição no Processo Seletivo, mesmo no caso de deferimento do pedido de isenção. O candidato beneficiado pela isenção da taxa de inscrição deverá atender às obrigações contidas neste Edital, inclusive aqueles referentes à formalização da inscrição no Processo Seletivo.

7.5 Os pedidos de isenção da taxa de inscrição serão analisados pela Comissão de Seleção por ocasião da apreciação das inscrições.

7.6 Indeferido o pedido de isenção, após a referida publicação, o candidato deverá pagar a taxa de inscrição até o dia 05/11/2018 e entregar na Comissão Executiva do Vestibular (CEV) o respectivo comprovante da taxa referida no subitem 5.1.1, sob pena de cancelamento de sua inscrição.

8 DA DIVULGAÇÃO DAS LISTAS DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

8 As listas de inscrições deferidas e indeferidas serão divulgadas no site da Comissão Executiva do Vestibular (cev.urca.br) no dia 08/11/2018.

9 DO PROCESSO SELETIVO

9.1 O processo seletivo será realizado em três etapas: Primeira etapa - Prova escrita (eliminatória); Segunda etapa - Carta de intenção (classificatória); Terceira etapa - Análise de currículo (classificatória).

9.2 A prova escrita e a carta de intenção serão realizadas no dia 21/11/2018 (quarta-feira), com início às 08h da manhã, por meio de prova objetiva eliminatória composta de questões de múltipla escolha e escrita da carta de intenção classificatória.

9.2.1 A prova escrita será do tipo objetiva de múltipla escolha e versará de 40 (quarenta) questões, sendo 20 (vinte) de Saúde Coletiva e 20 (vinte) específicas das áreas profissionais ofertadas pelo programa da Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da URCA.

9.2.2 Cada questão valerá 0,25 ponto, sendo a nota máxima de 10 pontos e a mínima exigida para aprovação nesta etapa será de 6 pontos, correspondente a 60% (sessenta por cento) da prova. As questões de Saúde Coletiva apresentarão peso 4 e as questões do conteúdo específico para cada área peso 6. A nota da prova será atribuída seguindo à fórmula:

$$\frac{((N^{\circ} \text{ Questões de Saúde Coletiva} \times 0,25) \times 4) + ((N^{\circ} \text{ Questões Área Específicas} \times 0,25) \times 6)}{10}$$

10

9.2.3 Somente serão submetidos à segunda e terceira etapas do processo seletivo (análise da carta de intenção e currículo), os candidatos que obtiverem a nota igual ou superior a 6 pontos na prova escrita.

9.3 Serão habilitados para análise da carta de intenção (segunda etapa) e do currículo (terceira etapa) a quantidade de candidatos equivalente a três vezes o número de vagas disponibilizadas, ou seja, 9 (nove) candidatos por área profissional ofertada, que deverão entregar os seus currículos comprovados com originais ou cópias autenticadas. Para o preenchimento das 9 vagas para cada área profissional, havendo empate,

poderão ser considerados aptos à segunda etapa do processo todos os candidatos com a pontuação igual ao último classificado.

9.3.1 A carta de intenção será realizada no momento da prova escrita e deverá ser elaborada num texto argumentativo em até duas laudas onde o candidato denotará capacidade reflexiva e de integração de conceitos na perspectiva da sua futura atuação enquanto residente em saúde coletiva no contexto do SUS, conforme modelo contido no Anexo III. A pontuação da carta será expressa em nota com valores de 0 (zero) a 10 (dez) conforme critérios apresentados no Anexo IV.

9.3.2 A terceira etapa consta da análise de currículo no formato LATTES e obedecerá ao código de pontuação para os quesitos em anexo. O currículo do candidato deverá estar comprovado de acordo com os itens contidos no Anexo V e, OBRIGATORIAMENTE, na ordem de apresentação dos itens pontuáveis. No código de pontuação do currículo, será considerado o *Qualis* CAPES na área da Saúde Coletiva (ANEXO VI).

9.3.3 O currículo LATTES comprovado e por ordem de itens pontuáveis, deverá ser impresso e entregue na Comissão Executiva do Vestibular (CEV) após a publicação do resultado da 1ª etapa conforme previsto cronograma com as demais documentações obrigatórias. Serão consideradas válidas as produções dos últimos cinco anos.

9.3.4 A análise do currículo terá uma pontuação expressa em nota com valores de 0 (zero) a 10 (dez), considerando-se a maior pontuação obtida como referência para a delimitação da proporção entre os demais candidato segundo cada categoria profissional.

9.4 A nota final corresponderá à média entre a nota da prova objetiva (NP), nota da carta de intenção (NCI) e a nota do currículo (NC), ou seja, $(NP+NCI+NC)/3$.

9.5 Ocorrendo empate quanto ao número de pontos obtidos para fins de classificação, terá preferência o candidato que tiver obtido a maior nota na prova objetiva. Persistindo o empate, será considerada a maior nota obtida na prova específica. Se o empate se mantiver, a idade superior a sessenta anos será considerada como critério de desempate final, conforme Artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso.

9.6 O conteúdo programático da prova objetiva está listado a seguir:

SAÚDE COLETIVA: Saúde coletiva e saúde pública. Controle Social na saúde. Determinantes sociais da saúde. Doenças Crônicas. Epidemiologia e Vigilância na Saúde. Organização dos Serviços de Saúde e Rede de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Residência Multiprofissional. Saúde Mental. Evolução histórica das políticas públicas de saúde e Sistema Único de Saúde. Trabalho em Saúde e trabalho em Equipe. Educação permanente em saúde. Promoção e educação em saúde. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. Atenção primária à saúde e Estratégia Saúde da Família. Território e Saúde; Doenças Negligenciadas (hanseníase, leishmaniose, tuberculose).

BIOLOGIA: Dípteros vetores de doenças (aspectos gerais; família Culicidae), Vírus (aspectos gerais; arboviroses); Boas práticas de laboratório e biossegurança (normas gerais, biossegurança, gerenciamento de resíduos; segurança e saúde em laboratórios); Vigilância sanitária ambiental e em saúde (vigilância sanitária; indicadores ambientais, de saúde e de saúde ambiental; investigação epidemiológica).

EDUCAÇÃO FÍSICA: O Desenvolvimento motor humano ao longo da vida (aspectos biológicos e funcionais). Práticas corporais no campo da saúde. Práticas corporais e comunidade. Práticas corporais e o Sistema Único de Saúde. Educação física e o campo da saúde mental. Educação física, saúde e envelhecimento. Educação física e a promoção da saúde. Efeitos agudos e crônicos do exercício/atividade física, para grupos especiais (idosos, obesos hipertensos, diabéticos e doenças neurocognitivas). A inserção do profissional de Educação Física no SUS.

ENFERMAGEM: Cuidado de Enfermagem a pessoa com dengue, zika e chikungunya. Programa Nacional de Imunização – PNI. Atuação do enfermeiro na vigilância em saúde. Práticas de educação e promoção da saúde. Atuação na gestão e gerenciamento de serviços de saúde. Programa de Melhoria da Qualidade e do Acesso da Atenção Básica – PMAQ. Assistência de enfermagem no âmbito da atenção básica. Epidemiologia e serviços de saúde. Atenção à pessoas em todas as fases do ciclo vital, no âmbito da atenção básica. Ferramentas para abordagem com família e visita domiciliar. Atenção as doenças crônicas não-transmissíveis, em especial Hanseníase, Tuberculose, Hipertensão e Diabetes. Acolhimento e Classificação de risco.

FARMÁCIA: Arboviroses: aspectos biológicos, epidemiológicos e sintomatologia clínica. Resposta imunológica para infecções virais. Medicamentos antiinflamatórios esteroidais e não esteroidais. Diagnóstico laboratorial de Dengue zika e chikungunya: aspectos hematológicos, bioquímicos e imunológicos.

FISIOTERAPIA: Ética e Legislação profissional. Avaliação fisioterapêutica e plano de tratamento, técnicas, e recursos fisioterapêuticos aplicados às síndromes e desordens neuromusculares, musculoesqueléticas, reumatológicas; Fisioterapia em pediatria: desenvolvimento motor normal e seus desvios. Avaliação da autonomia, dependência e incapacidade funcional; Promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação do indivíduo no contexto da fisioterapia; Atuação e inserção do profissional de fisioterapia na atenção domiciliar; Fisioterapia na promoção da Saúde do Trabalhador; Fisioterapia e as práticas integrativas e complementares em saúde.

NUTRIÇÃO: Macro e micronutrientes. Aleitamento materno e alimentação complementar. Nutrição no ciclo vital: Alimentação para o primeiro ano de vida, pré-escolar, escolar, adolescência, adulto e idoso. Avaliação nutricional nas diversas faixas etárias (lactente, infância, adolescente, adulto, gestante e idoso). Política Nacional de Alimentação e Nutrição - Vigilância Alimentar e Nutricional. Educação Alimentar e Nutricional. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

9.6.1 A bibliografia sugerida consta no Anexo VII deste edital.

10 NORMAS GERAIS DA REALIZAÇÃO DA PROVA

10.1 Em nenhuma hipótese será possível a realização da prova em local diferente do indicado da relação nominal de candidatos por local de prova a ser divulgado no link cev.urca.br conforme prazo estimado no cronograma.

10.2 Os candidatos (as) deficientes participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais interessados, no que se refere ao conteúdo da prova, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para todos os demais interessados.

10.3 O candidato que verificar, a qualquer tempo, a existência de parentes, em linha reta ou colateral, até o 3º grau, cônjuge ou afins, dentre a comissão de seleção ou aplicadores das provas, deverá comunicar o fato ao coordenador do processo seletivo, sob pena de anulação de sua prova.

11 DA REALIZAÇÃO DA PROVA

11.1 As provas serão realizadas nas dependências da Universidade Regional do Cariri (URCA), no Campus Pimenta I e II, localizado na Rua Cel. Antônio Luís, 1161 e na Rua Carolino Sucupira – s/n – Cep 63.100-000 - Pimenta - Crato/CE, no dia **21/11/2018**. A lista com os locais e salas de aplicação de provas serão divulgadas no site conforme indicado no cronograma.

11.1.1 A duração das provas será de 04h e sua aplicação ocorrerá a partir das 08:00h da manhã em local a ser indicado pela comissão organizadora.

11.1.2 O candidato deverá comparecer ao local da prova com caneta azul ou preta, documento de identificação com foto e comprovante de inscrição definitivo. O candidato deverá conferir o seu número de inscrição e assinar a folha de presença.

11.1.3 Serão considerados documentos oficiais de identificação: carteira de identidade (expedida por Comando Militar, Secretaria de Segurança Pública ou de Defesa Social, Ministério da Justiça, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar); Passaporte; Carteira de Trabalho; Carteira Nacional de Habilitação com foto e Carteira profissional do Conselho de Classe com foto.

11.1.4 Na impossibilidade de apresentar o documento de identidade especificado no ato da inscrição por motivo de roubo ou extravio, o candidato deverá dirigir-se à Comissão Organizadora com o boletim de ocorrência.

11.1.5 Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para realização da prova. O candidato que não comparecer no horário previsto estará automaticamente excluído do Processo Seletivo.

11.1.6 O candidato que chegar após o início da prova (08:00) terá a sua entrada proibida na sala e será automaticamente excluído do Processo Seletivo.

11.1.7 Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre candidatos, utilização de relógios, de chapéus ou bonés, a utilização ou porte, mesmo que desligados, de aparelhos celulares ou similares, controle remoto, de máquinas calculadoras ou similares, de qualquer outro tipo de aparelho eletrônico, de livros, de anotações, de impressos ou de qualquer outro material de consulta. Também não será permitido o porte de armas.

11.1.8 O candidato que contrariar qualquer destas normas durante a realização da prova será automaticamente excluído do processo seletivo.

11.1.9 Os candidatos deverão permanecer na sala de realização das provas durante, no mínimo, 60 (sessenta), minutos após o início das provas.

11.1.10 Os três últimos candidatos deverão entregar o gabarito juntos e assinar a ata da prova.

12 DOS RECURSOS

12.1 Os recursos tratados no cronograma de atividades quanto ao deferimento e indeferimento de inscrições, da prova objetiva e da análise curricular deverão ser feitos via online na área de inscrição do candidato no sistema.

12.2 Não serão concedidas revisões de provas, cabendo recurso apenas contra questões da prova objetiva. O gabarito oficial da prova será divulgado no dia 21/11/2018, no horário da tarde.

12.3. O recurso contra a(s) questão(es) deverá apresentar argumentação e indicar bibliografia com citação e página que respalde o recurso. Mera citação de bibliografia sem anexar cópia do artigo ou capítulo do livro não será considerada. Esse recurso deverá ser entregue pessoalmente ou por representante com procuração simples para a Comissão Executiva do Vestibular (CEV) da Universidade Regional do Cariri, URCA localizada Rua Teófilo Siqueira, 734 – Cep 63.100-970 - Pimenta - Crato/CE, em envelope fechado, indicando no envelope a natureza do recurso: contra a prova objetiva e os dizeres "Processo Seletivo do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva N° 01/2018– URCA, até as 18:00h do dia 22/11/2018.

12.4 Todos os recursos serão analisados pela Comissão do Processo Seletivo que darão decisão terminativa sobre os mesmos, constituindo-se em única e última instância administrativa.

12.5 Se houver alteração do gabarito, por força de provimento de algum recurso, este será alterado e as provas serão corrigidas de acordo com o novo gabarito. No caso de questão anulada, será atribuída a pontuação referente à questão a todos os candidatos que tenham realizado a prova.

12.6 Em caso de alteração da classificação dos candidatos por força de provimento de algum recurso, poderá ocorrer uma retificação da classificação e será considerado válido o resultado final.

13. DO RESULTADO FINAL

13.1 O Resultado Final do Processo Seletivo será divulgado no site da Comissão Executiva do Vestibular (cev.urca.br), obedecendo à ordem decrescente de classificação pelas notas finais, até o preenchimento das vagas ofertadas para o Programa, seguido da listagem dos excedentes.

14 DA MATRÍCULA

14.1 A matrícula será realizada no período de fevereiro, sendo divulgada no site da URCA, conforme a publicação de convocatória contendo listagem dos selecionados com as respectivas datas e prazos.

14.2 Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas oferecidas deverão comparecer para realizar a matrícula no Núcleo Interdisciplinar de Apoio ao Servidor (NIAS), URCA localizado no Campus Pimenta II, no Ginásio Poliesportivo, na Rua Carolino Sucupira, s/n – Cep 63.100-000 - Pimenta - Crato/CE.

14.3 Serão exigidos os originais e cópias dos seguintes documentos para matrícula:

a- Cédula de identidade oficial com foto;

b- CPF;

c- Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;

d- Diploma/Certificado de conclusão de curso ou Declaração da Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC de que o candidato concluiu a graduação até o dia da matrícula;

e- Certificado de quitação com o Serviço Militar, no caso de candidato do sexo masculino;

f- Comprovante de endereço recente;

g- PIS/PASEP ou INSS;

h- 2 (duas) fotos 3 x 4 recentes;

h- Comprovante de conta salário (Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A, Banco Santander (Brasil) S/A) no nome do candidato;

i- Comprovante de registro no Conselho da sua profissão.

j- Apólice de Seguro de Vida.

14.4 Para efeito de efetivação da matrícula, o não comparecimento no prazo divulgado no site da URCA implicará na perda da vaga. Em caso de vagas não preenchidas, os candidatos classificáveis serão convocados por telefonema.

14.5 A inscrição e a aprovação no processo seletivo não garantem a efetivação da matrícula do candidato no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da URCA. Tal efetivação estará condicionada à apresentação dos documentos relacionados no item 14.3 deste edital.

14.6 O candidato que não comparecer na data e horários marcados para a matrícula será considerado desistente do processo seletivo, sendo convocado outro candidato para a vaga.

15. DO INÍCIO DO PROGRAMA

15.1 O Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da Universidade Regional do Cariri terá início previsto a partir do dia 01/03/2019, seguindo o calendário nacional dos Programas de Residência em Saúde proposto pelo Ministério da Educação.

16. DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Executiva do Processo Seletivo – CEREMUP – URCA Nº 01/2018 do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da URCA.

17 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Após finalizado todo o processo seletivo, a documentação dos candidatos não aprovados estará disponível para devolução na Comissão Executiva do Vestibular (cev.urca.br).

17.2 Eventuais modificações, atualizações ou acréscimos serão publicados em edital ou aviso a ser divulgado no site da Comissão Executiva do Vestibular (cev.urca.br).

Crato - CE, 17 de Outubro de 2018.

Profa. Dra. Álissan Karine Lima Martins
Coordenação da Comissão de Seleção
CEREMUP - URCA

Prof. Dr. Allysson Pontes Pinheiro
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PRPGP

Prof. Dr. Francisco do Ó de Lima Júnior
Reitor em Exercício da Universidade Regional do Cariri - URCA

ANEXO I

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

Lançamento do edital	17/10/2018
Período de inscrições	22/10/2018 a 05/11/2018
Período de entrega das documentações de inscrições	22/10/2018 a 05/11/2018
Período para solicitação de isenção de taxa	22/10/2018 e 23/10/2018
Período de entrega da documentação de solicitação de isenção de taxa	22/10/2018 a 24/10/2018
Publicação do resultado dos pedidos de isenção de taxa	26/10/2018
Publicação do resultado das inscrições deferidas e indeferidas	07/11/2018
Prazo para recursos dos indeferimentos	08 a 12/11/2018
Resultado do recurso	13/11/2018
Publicação do resultado das inscrições pós-recursos	14/11/2018
Divulgação dos locais para realização das provas	16/11/2018
Realização da prova objetiva	21/11/2018
Divulgação do gabarito da prova objetiva	21/11/2018
Prazo para recurso da prova objetiva	22/11/2018 até as 18:00h
Divulgação do gabarito da prova objetiva pós-recurso	26/11/2018
Resultado prova objetiva	26/11/2018
Entrega de currículos dos classificados para a 2ª etapa	27/11 e 28/11/2018 até 18:00h
Resultado da 2ª etapa - carta de intenção	Até 30/11/2018
Resultado da 3ª etapa - Análise Curricular	Até 04/12/2018
Recurso da 3ª etapa	05/12/2018
Resultado final e homologação	Até 07/12/2018
Convocação dos candidatos aprovados	Fevereiro/2019
Efetivação de matrícula	Fevereiro/2019

ANEXO II

Checklist para inscrição

- 1) Comprovante de inscrição emitido no sistema online de inscrições e assinado;
- 2) Formulário de pontuação curricular emitida pelo sistema online de inscrições;
- 3) Comprovante original de pagamento ou, em caso de solicitação de isenção, comprovante de solicitação de isenção emitida pelo sistema de inscrições online, JUNTAMENTE COM TODOS OS RESPECTIVOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS do fundamento legal da modalidade de isenção solicitada. A não inclusão do documento comprobatório do fundamento legal da modalidade de isenção solicitada indefere o pedido.
- 4) Cópia frente e verso autenticada do documento de identidade e CPF;
- 5) Cópia autenticada do certificado de conclusão do curso ou da declaração de conclusão de curso.

Observação: A entrega do currículo comprovado deverá ser entregue apenas pelos candidatos classificados na primeira etapa do processo seletivo considerando três vezes o número de vagas para cada categoria. O arquivo entregue deve conter o currículo lattes e a comprovação do currículo com originais ou cópias autenticadas, organizado POR ORDEM dos itens pontuáveis (Anexo V).

ANEXO III

ORIENTAÇÃO PARA CARTA DE INTENÇÃO

A carta de intenção deverá ser redigida juntamente com a prova escrita, contendo no máximo duas páginas. Nela, o candidato deve adotar uma linguagem argumentativa e que denote capacidade reflexiva e de integração de conceitos na perspectiva da prática no SUS.

Para a elaboração da carta de intenção é preciso:

- Inicialmente, apresentar sua compreensão sobre residência multiprofissional em saúde, integração ensino-serviço-comunidade, educação interprofissional e sua importância no processo de formação em saúde para o SUS;
- Apontar a percepção quanto o papel do residente no campo da saúde coletiva;
- Apresentar quais elementos pessoais e profissionais em termos de conhecimentos, habilidades e experiências que contribuirão para a atuação na rede;
- Sintetizar como as habilidades e experiências pessoais podem contribuir para o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva.

ANEXO IV

BAREMA PARA AVALIAÇÃO DA CARTA DE INTENÇÃO

Inscrição: _____

Avaliador: _____

Critério	Pontuação Máxima	Pontuação Obtida
ESTRUTURA		
Adequação às recomendações gramaticais (ortografia, concordância verbal e nominal, dentre outros)	1,0	
Clareza na redação e coerência das ideias	1,0	
Capacidade argumentativa e reflexiva	1,0	
TOTAL		
CONTEÚDO		
Compreensão sobre residência multiprofissional em saúde, integração ensino-serviço-comunidade, educação interprofissional e sua importância no processo de formação em saúde para o SUS	2,0	
Percepção do papel do residente no campo da saúde coletiva	1,0	
Elementos pessoais e profissionais (conhecimentos, habilidades e experiências) que articulam-se com a integração ensino-serviço-comunidade, a educação interprofissional, a prática colaborativa e o alcance da autonomia dos sujeitos	2,0	
Contribuições do candidato para o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva	2,0	
TOTAL		
PONTUAÇÃO TOTAL OBTIDA		

ANEXO V

BAREMA PARA PONTUAÇÃO DO CURRÍCULO

Titulação	Pontos
Doutorado (30pts cada)	
Mestrado (15 pts cada)	
Especialização (5pts cada)	
Produção Científica	
Livro publicado fora do Brasil com ISBN na área de atuação do candidato (7 pontos cada)	
Livro publicado no Brasil com ISBN na área de atuação do candidato (pontos cada)	
Livro publicado fora do Brasil com ISBN sem conselho editorial na área de atuação do candidato (5 pontos cada)	
Livro publicado no Brasil com ISBN sem conselho editorial na área de atuação do candidato (4 pontos cada)	
Organização de livro publicado fora do Brasil com ISBN na área de atuação do candidato (4 pontos cada)	
Capítulo de livro publicado fora do Brasil com ISBN na área de atuação do candidato (3 pontos cada)	
Organização de livro publicado no Brasil com ISBN na área de atuação do candidato (3 pontos cada)	
Capítulo de livro publicado no Brasil com ISBN na área de atuação do candidato (2 pontos cada)	
Artigo publicado em periódicos especializados com Conceito A1 (Qualis Capes) (10 pontos cada)	
Artigo publicado em periódicos especializados com Conceito A2 (Qualis Capes) (8 pontos cada)	
Artigo publicado em periódicos especializados com Conceito B1 (Qualis Capes) (6 pontos cada)	
Artigo publicado em periódicos especializados com Conceito B2 (Qualis Capes) (5 pontos cada)	
Artigo publicado em periódicos especializados com Conceito B3 (Qualis Capes) (4 pontos cada)	
Artigo publicado em periódicos especializados com Conceito B4 (Qualis Capes) (3 pontos cada)	
Artigo publicado em periódicos especializados com Conceito B5 (Qualis Capes) (2 pontos cada)	
Artigo publicado em periódicos especializados com Conceito C (Qualis Capes) (1,5 pontos cada)	
Artigo publicado em periódicos especializados sem Conceito (Qualis Capes) (1 ponto cada)	
Para cada resumo expandido publicado em anais de eventos internacionais ou nacionais na área de atuação do candidato com ISSN (1,0 ponto cada, limitado a 5,0 pontos)	
Para cada resumo expandido publicado em anais de eventos regional ou local na área de atuação do candidato com ISSN (0,5 ponto cada, limitado a 2,5 pontos)	
Para cada resumo publicado em anais de eventos internacionais na área de atuação do candidato com ISSN (0,5 cada, limitado a 5,0 pontos)	
Para cada resumo publicado em anais de eventos nacionais na área de atuação do candidato com ISSN (0,25 cada, limitado a 2,5 pontos)	
Para cada resumo publicado em anais de eventos regionais e locais na área de atuação do candidato com ISSN (0,1, limitado a 1 ponto)	
Orientação de estudante em programa de Iniciação Científica (mínimo de 6 meses) (1,0 ponto)	

cada seis meses)	
Participação como palestrante, conferencista ou debatedor em eventos científicos internacional, nacional, regional ou local (2,0 pontos cada)	
Apresentação de trabalho em evento científico internacional ou nacional na modalidade pôster ou oral (0,5 cada, limitado a 5,0 pontos)	
Apresentação de trabalho em evento científico regional ou local, na modalidade de pôster ou oral (0,1 cada, limitado a 1,0 ponto)	
Atuação profissional	
Estágio na área de formação em Instituição pública ou filantrópica com carga horária mínima de 200 horas por ano (5,0 pontos cada estágio, limitado a 15 pontos)	
Experiência profissional na área de formação em serviços de saúde no SUS (5,0 pontos cada ano, limitado a 15,0 pontos)	
Experiência profissional na área de formação nas profissões da saúde (preceptoria, tutoria, docência) (5,0 pontos cada semestre, limitado a 15,0 pontos)	
Formação Profissional	
Bolsista ou voluntário em programa de monitoria de ensino de nível superior (1,0 ponto por semestre letivo)	
Bolsista ou voluntário no Programa PET Saúde MS/ MEC (1,0 ponto por semestre letivo)	
Bolsista ou voluntário em Programa de Educação Tutorial – PET MEC (1,0 ponto por semestre letivo)	
Bolsista ou voluntário em projeto/ programa de extensão universitária (1,0 ponto por semestre letivo)	
Cursos extracurriculares na área de formação, com carga horária mínima de 20h (1,0 ponto por curso, limitado a 5,0 pontos)	
Produção Técnica	
Participação em banca de trabalho de conclusão de curso de Especialização ou Graduação (0,5 pt cada) (limitado a 5 pts)	
Participação em comissão de avaliação em eventos científicos (1 pt cada) ATE 5	
Atuação em Pesquisa	
Premiação em eventos científicos (1,0 ponto cada)	
Participação de comissão organizadora de eventos científicos internacional e nacional na área de atuação do candidato (1,0 ponto cada)	
Participação de comissão organizadora de eventos científicos regional e local na área de atuação do candidato (0,5 ponto cada)	
Orientação de trabalho de especialização aprovado (1,0 ponto cada, limitado a 10,0 pontos)	
Orientação de trabalho de graduação aprovado (0,5 ponto cada, limitado a 5 pontos)	
Participação como membro de banca examinadora de trabalho de conclusão de curso de especialização (1,0 ponto cada, limitado a 10,0 pontos)	
Participação como membro de banca examinadora de trabalho de conclusão de curso de graduação (0,5 ponto cada, limitado a 5 pontos)	

ANEXO VI

QUALIS SAÚDE COLETIVA

Link para acesso à listagem completa dos periódicos no link:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

Considerar o Quadriênio 2013 - 2016

ANEXO VII - BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

SAÚDE COLETIVA:

ANDRADE, LO, BUENO, IC, BEZERRA, RC Atenção primária à saúde e estratégia saúde da família. In: GWS, et.al. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec, 2012 Cap.25, p.783-836.

AYRES, J R C M et al. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, GWS, et.al. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec, 2012 Cap.12, 375-417.

BARATA, R B Desigualdades sociais e saúde In: CAMPOS, G. WS, et.al. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec, 2012 Cap.14, p.457-486.

BRASIL. Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intragovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de vigilância epidemiológica. 7. ed. Brasília, 2010.

BRASIL. Constituição Federal de 1988 – Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, Da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Indicadores Básicos para a Saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Portaria GM n.º 485, de 11 de novembro de 2005. NR 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS -PNPIC-SUS: atitude de ampliação de acesso. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Cartilha da PNH - Clínica Ampliada. Equipe de Referência e Projeto Terapêutico Singular / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para organização das Redes de Atenção à Saúde do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Diretrizes do NASF. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Brasília, n. 27, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Pacto pela Saúde – Portaria 399/GM de 22/02/006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

BRASIL. Ministério da Saúde/Ministério da Educação. Portaria Interministerial Nº 45, de 12 de Janeiro de 2007. Dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde e institui a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

MONKEN, M.; BARCELLOS, C. O. Território na promoção e vigilância em saúde. In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. M. D (Org.). O território e o processo saúde-doença. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

ROQUAYROL, M Z Contribuição da epidemiologia. In: C AMPOS, G. W.S., et.al. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec, 2012. Cap.11, p.319 -373.

BIOLOGIA:

CONSOLI, R.A.G.B.; OLIVEIRA, R.L. Principais mosquitos de importância sanitária no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 228 p. ISBN 85-85676-03-5. Available from SciELO Books .

TORTORA, G. J.; CASE, Christine L.; FUNKE, Berdell R. Microbiologia. 12ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2016.

ALMEIDA, M. F. C. Boas Práticas de Laboratório. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2013.

PENNA, P. M. M. et al. Biossegurança: uma revisão. Arquivos do Instituto Biológico, v. 77, n. 3, p. 555-465, 2010.

SILVA, M. D. S. et al. Biossegurança em laboratórios: uma revisão de literatura. RevInter, v. 8, n. 2, 2015.

ROQUAYROL, M. Z.; FILHO, N. A. Epidemiologia & Saúde. 6ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Saúde ambiental : guia básico para construção de indicadores / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

EDUCAÇÃO FÍSICA:

BENEDETTI, T. R. B. et.al. A formação do profissional de educação física para o setor saúde. – Florianópolis: Postmix, 2014. 146 p. Disponível em: <http://nupaf.ufsc.br/files/2009/09/LIVRO-FINAL-FINAL.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 160 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Cadernos de Atenção Básica; n. 27). Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_basica_diretrizes_nasf.pdf.

FARIAS, G. O.; NASCIMENTO, J. V. Educação, saúde e esporte: novos desafios à Educação Física - Ilhéus, BA: Editus, 2016. 352 p. Disponível em: http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2016/educacao_saude_esporte.pdf.

FRAGA, A. B.; WACHS, F.. Educação Física e Saúde Coletiva: Políticas de formação e perspectivas de intervenção. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/EducacaoFisicaSaudeColetiva.pdf>.

GALLAHUE, D. L. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. Phorte, 2010.

GALLAHUE, D. L.; DONNELLY, F. C. Educação Física Desenvolvimentista para todas as crianças. 4 ed. São Paulo: Phorte, 2008.

HAYWOOD, KATHLEEN M.; GETCHELL, N. Desenvolvimento motor ao longo da vida. 5ª ed. Artmed. 2010.

HOWLEY, EDWARD, T.; POWERS SCOTT, K. **Fisiologia do Exercício: Teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho.** 9ª Ed. Manole, 2017.

NASCIMENTO, J. V.; FARIAS, G. O. Construção da identidade profissional em Educação Física: da formação à intervenção – Florianópolis: Ed. da UDESC, 2012. v. 2. – (Temas em movimento). Disponível em: <http://www.fasne.edu.br/blog/edfisica/wp-content/uploads/2012/05/Livro-VI-SEPEF-2012-Sem-CAPA1.pdf>.

WACHS, F. Educação Física e Saúde Coletiva: cenários, experiências e artefatos culturais / Felipe Wachs, Ueberson Ribeiro Almeida, Fabiana F. de Freitas Brandão, organizadores. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2016. – 379 p. – (Interlocuções Práticas, experiências e pesquisas em saúde; 3). Disponível em: <http://www.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-interlocucoes-praticas-experiencias-e-pesquisas-em-saude/educacao-fisica-e-saude-coletiva-cenarios-experiencias-e-artefatos-culturais-pdf>.

ENFERMAGEM:

BRASIL. Ministério da Saúde. Dengue: manual de enfermagem / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde. – 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Febre de chikungunya: manejo clínico / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus zika [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes Nacionais da Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 108 p.: – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 13).

REGIS, C.G.; BATISTA, N.A. O enfermeiro na área da saúde coletiva: concepções e competências. Rev Bras Enferm. 2015;68(5):548-54.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de atenção básica nº 32: atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília; 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doenças crônicas: diabetes mellitus [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36).

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde; 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37).

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Área Técnica Saúde do Idoso. Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento. Brasília: MS; 2010.

SANTOS, V.C., DOS ANJOS KF, SOUZAS R, EUGÊNIO B.G. Criminalização do aborto no Brasil e implicações à saúde pública. Rev Bioét (Impr.). 2013; 21(3): 494-508. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n3/a14v21n3.pdf>

FERREIRA SRS, PÉRICO LAD, DIAS VRFG. A complexidade do trabalho do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde. Rev Bras Enferm [Internet]. 2018;71(supl1):752-7. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s1/pt_0034-7167-reben-71-s1-0704.pdf

CAMINHA MFC, SILVA SL, LIMA MC, AZEVEDO PTACC, FIGUEIRA MCS, BATISTA FILHO M. Vigilância do desenvolvimento infantil: análise da situação brasileira. 2017; 35(1):102-9. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-05822017005001105&script=sci_abstract&lng=pt

FARMÁCIA:

SANTOS, N. S. O.; ROMANOS, M. T. V. / Wigg, Marcia Dutra. Virologia Humana - 3ª Ed., Guanabara Koogan, 2015.

As Bases Farmacológicas da Terapêutica de Goodman e Gilman 12ª Ed., Artmed, 2012.

FERREIRA A.W. & MORAIS S. L. Diagnóstico Laboratorial Das Principais Doenças Infecciosas e Autoimunes - 3ª Ed. Guanabara Koogan, 2013

VAZ, Adelaide J. / Takei, Kioko Imunoensaios - Fundamentos e Aplicações 1ª Ed. Guanabara Koogan, 2007

FISIOTERAPIA:

ANDRADE, L.B. Fisioterapia respiratória em neonatologia e pediatria. Rio de Janeiro: MedBook, 2011.

BATTISTI, M. & QUIRINO, G. Ética do cuidado: código de ética do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional comentado. Musa Editora, 2006.

BOTOMÉ, S.P. & REBELLATO, J.R. Fisioterapia no Brasil – fundamentos para uma ação preventiva e perspectivas profissionais (2ª ed.). São Paulo: Manole, 1999.

BRASIL. Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969.

BRASIL. Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975.

BRASIL. Lei nº 8.856, de 1 de março de 1994.

CAMERON, M.H. Agentes físicos na reabilitação. 3ª ed. São Paulo: Elsevier, 2009.

CARR, J.; SHEPHERD, R. Reabilitação neurológica: otimizando o desempenho motor. São Paulo: Manole, 2008.

COFFITO. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução Coffito N° 10. Aprova o Código de Ética Profissional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Brasília: COFFITO, 1978.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO RJ/ES (CREFITO-2). Legislação. Rio de Janeiro - Gestão: 2002-2006 / 2006-2010.

CORREA, C.L. Paralisia facial periférica. São Paulo: Phorte Editora, 2011.

DANIELS, L. WORTHINGHAN, C. Provas de Função Muscular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

DUTTON, M. Fisioterapia ortopédica: exame, avaliação e intervenção. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

EFFGEN, S.K., Fisioterapia Pediátrica – Atendendo as necessidades das crianças. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

FLEHMING, I. Texto e atlas do desenvolvimento motor normal e seus desvios no lactente: diagnóstico e tratamento precoce do nascimento até o 18º mês. São Paulo: Atheneu, 2002.

HALL, C.; BRODY, L.T. Exercício terapêutico: na busca da função. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

HEBERT, S.; BARROS FILHO, T.E.P.; XAVIER, R.; PARDINI Jr, A.G.; e col. Ortopedia e traumatologia: princípios e prática. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KENDALL, F.P. Músculos: provas e funções com postura e dor. São Paulo: Manole, 2007.

KISNER C, COLBY LA. Exercícios Terapêuticos. Fundamentos e Técnicas, 6- edição, 2015.

LEVITZKY, M.G. Fisiologia Pulmonar. 6ª ed. São Paulo: Manole, 2004.

MAGEE, D.J. Avaliação musculoesquelética. 5ª ed. São Paulo: Manole, 2010.

NEGRÃO, C.E.; BARRETO, A.C.P. Cardiologia do exercício: do atleta ao cardiopata. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2006.

ORSINI, M. Reabilitação nas doenças neuromusculares – abordagem interdisciplinar. 1ª ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2012.

PALMER, M. J. Bases fundamentais das técnicas de avaliação do sistema músculo-esquelético. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

POLLOCK, M.L.; SCHMIDT, D.H. Doença cardíaca e reabilitação. 3ª ed. Livraria e Editora Evinter Ltda, 2003.

POSTIAUX, G. Fisioterapia respiratória pediátrica: o tratamento guiado por ausculta pulmonar. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PRENTICE, W.E.; VOIGHT, M.L. Técnicas de avaliação musculoesquelética. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PRENTICE, W.E. Modalidades terapêuticas para fisioterapeutas. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2004.

PRESTO, B.; DAMÁZIO, L. Fisioterapia respiratória. 4ª ed. Ed. Elsevier, 2009.

PRYOR, J. A.; WEBBER, B. A. Fisioterapia para problemas respiratórios e cardíacos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

PULZ, C.; GUIZILINI, S.; PERES, P.A.T. Fisioterapia em cardiologia: aspectos práticos. São Paulo: Atheneu, 2007.

REGENGA, M.M. Fisioterapia em cardiologia: da Unidade de Terapia Intensiva à reabilitação. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2012. RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL - COFFITO Nº 424 de 03.05.2013 (D.O.U: 23.05.2013). Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia.

ROBERTSON, V.; WARD, A.; LOW, J.; REED, A. Eletroterapia explicada: princípios e prática. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SCANLAN, C.L.; WILKINS, R.L.; STOLLER, J.K. Fundamentos da terapia respiratória de EGAN. 7ª ed. Manole, 2000.

SHEPHERD R. B., Fisioterapia em Pediatria. 3ª ed. São Paulo: Ed. Santos, 1996.

SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M.H. Controle motor – teoria e aplicações práticas. 2ª ed. Manole, 2003.

SIZINIO & HEBERT. Ortopedia e Traumatologia. Princípio e prática. 4ª ed. 2009.

TECKLIN, J.S. Fisioterapia pediátrica. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

UMPHRED, D.A. Reabilitação neurológica. 5ª ed. Elsevier, 2009

NUTRIÇÃO:

MAHAN, L KATHLEEN; RAYMOND, JANICE L. KRAUSE. Alimentos, nutrição e dietoterapia. 14ª ed. Elsevier, 2018.

VITOLLO, Márcia Regina. Nutrição - da Gestação ao Envelhecimento - 2ª Ed. Rubio, 2014

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37)

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36)

BRASIL. Ministério da Saúde. Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica. 2. ed. Brasília, 2010. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível: www.saude.gov.br/nutricao.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar – 2. ed. – Brasília, 2015. Disponível: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab23>

BRASIL. Ministério da Saúde. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica. 2.ed. Brasília, 2016. Disponível http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/orientacao_marcadores_consumo_alimentar

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. Instrutivo: metodologia de trabalho em grupos para ações de alimentação e nutrição na atenção básica. – Brasília, 2016. 168 p.: il. Disponível:http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/instrutivo_metodologia_trabalho_nutricao_ab

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN na assistência à saúde. Brasília: 2008. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível: http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/protocolo_sisvan

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica – Brasília, 2015. 56 p. Disponível:http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/marco_referencia_vigilancia_alimentar

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/guia_alimentar2014

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade. – Brasília, 2014. 212 p. : il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 38)

Brasil. Ministério da Saúde. Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável : Educação Infantil, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – Brasília, 2018. 92 p. : il.

Brasil. Ministério da Saúde. Caderno de atividades : Promoção da Alimentação Adequada e Saudável : Ensino Fundamental I [recurso eletrônico], Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – Brasília: 2018. 128 p. : il.

BRASIL. Ministério da Saúde. NutriSUS – Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes (vitaminas e minerais) em pó: guia de evidências. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. NutriSUS – Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes (vitaminas e minerais) em pó: manual operacional. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. NutriSUS – Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes (vitaminas e minerais) em pó: caderno de orientações. Brasília: Ministério da Saúde, 2015

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Programa Nacional de Suplementação de Ferro: manual de condutas gerais. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de condutas gerais do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde : Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, Brasília, 2011. 76 p. : il. – (Série G. Estatística e Informação em Saúde)

Brasil. Ministério da Saúde. Perspectivas e desafios no cuidado às pessoas com obesidade no SUS: resultados do laboratório de inovação no manejo da obesidade nas Redes de Atenção à Saúde; Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília, 2014. 116 p. : il. – (Serie Técnica Redes Integradas de Atenção a Saúde, v. 10)

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília, 2013. 84 p. : il.